



## **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO SOBRE A AVALIAÇÃO DE ESTUDANTES SURDOS NA ESCOLA REGULAR**

Vanessa Nicolau Freitas dos Santos

*Universidade Federal Rural de Pernambuco* – [vanessa.nfsantos@gmail.com](mailto:vanessa.nfsantos@gmail.com)

Andreza Cristina Santos de Araújo

*Universidade de Pernambuco* – [andreza\\_ibr@hotmail.com](mailto:andreza_ibr@hotmail.com)

**Resumo:** Este trabalho pretende discutir as premissas que se referem à prática de avaliação destinada aos estudantes surdos, analisando os critérios e instrumentos avaliativos que os educadores utilizam em suas práticas. Sabe-se que avaliar é algo complexo na realidade educacional e que a avaliação deve ser contínua. Os instrumentos avaliativos além de atribuir uma nota, devem antes de tudo, ser um momento de aprendizado para educandos e educadores. A opção metodológica do presente trabalho é fundamentada na pesquisa qualitativa, em que é possível enfatizar aos fenômenos acontecidos não só no campo de investigação e observação, como também nas vivências dos sujeitos e fora deles. Os resultados revelam que legislativamente houve muito avanço quanto às orientações no sentido da inclusão. No entanto, há muito que se fazer para um melhor atendimento de estudantes surdos nas instituições escolares de ensino regular. No que diz respeito à prática educacional e avaliativa é relevante pensar numa melhor estruturação teórica que vise preparar melhor os atores educacionais envolvidos nesse processo, principalmente no que concerne às suas práticas avaliativas.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva, Avaliação, Surdez.

### **Introdução**

A sociedade brasileira é configurada pela diversidade cultural, por conseguinte, muitas vezes encontra dificuldades de atender e suprir as necessidades que emergem dessa pluralidade. Nesse contexto, tecendo uma análise sobre a educação de estudantes surdos, percebe-se a luta histórica, pela legitimação do direito ao conhecimento para estes estudantes. Um exemplo destas reivindicações é o movimento da chamada Educação Inclusiva, que emerge apoiado pela Declaração de Salamanca, em 1994, na qual defende o compromisso que a escola deve assumir de educar cada estudante, contemplando a pedagogia da diversidade, pois todos os estudantes deverão estar dentro da escola regular, independente de sua origem social, étnica ou linguística (UNESCO, 1994).

Neste intento, julga-se pertinente refletir sobre algumas questões: levando em consideração que a avaliação deve ser formativa, devendo estar atrelada às particularidades do educando, como



vem se desenvolvendo a avaliação com os estudantes surdos e que estratégias e instrumentos avaliativos são usados na prática de ensino para verificação do conhecimento destes estudantes? Como os educadores conseguem atender as necessidades, em sua totalidade, do desenvolvimento do estudante surdo fazendo com que ele esteja sempre integrado? Como vem ocorrendo a qualificação docente dentro da perspectiva de atender um alunado onde se tenha a presença de estudantes surdos e ouvintes? Em que aspectos o reconhecimento da Libras como língua oficial está influenciando na inclusão do surdo dentro da escola? A partir dessas questões, esse trabalho pretende discutir as premissas que se referem à prática de avaliação dos estudantes surdos, analisando os critérios e instrumentos avaliativos que os educadores utilizam em suas práticas.

4.

5.

A opção metodológica se fundamenta na perspectiva qualitativa, referenciada, principalmente, por Minayo (1999), com ênfase nos fenômenos acontecidos não só no campo de investigação e observação, como também nas vivências dos sujeitos fora dele, o que influencia decisivamente nas suas práticas e atitudes.

1.

2.

3.

1.

2.

### **1. A qualificação para o trabalho com alunos surdos**

6.

Segundo Lorenzetti (2002), o educador é o principal instrumento da inclusão dentro da comunidade escolar, pois ele será a ponte viabilizadora para que os preceitos da inclusão tomem o seu lugar entre os estudantes, atendendo as necessidades e peculiaridades de cada um, com base na construção do respeito entre todos os atores que formam o cenário do ensino-aprendizagem.

No entanto, para que haja uma comunicação entre o educador e os estudantes surdos é necessário que o docente obtenha conhecimentos relacionados à Língua Brasileira de Sinais (Libras), para facilitar a comunicação entre esses sujeitos, o processo de aprendizagem e o



desenvolvimento social do estudante surdo. Além desta necessidade, é de suma importância que haja um intérprete dentro da sala de aula, que possua proficiência no uso da Libras, com o objetivo tanto de facilitar a comunicação entre os interesses do estudante surdo com os colegas e entre ele e o educador. O acesso à comunicação é almejado por todos os indivíduos. Pois, a comunicação é um fator fundamental para o ser humano e, para o processo ensino-aprendizagem, a Libras é uma ferramenta que possibilita essa interação.

Nessa perspectiva de ter o intérprete na sala de aula, concebido como instrumento de viabilização da inclusão, segundo Stumpf (2008), temos:

O intérprete é condição de acessibilidade na falta do professor surdo ou do professor ouvinte que seja fluente em Libras. Mas, fazer de conta que um único professor pode falar duas línguas ao mesmo tempo é fingir que o ensino é inclusivo. (STUMPF, 2008)

Este pré-requisito para a educação inclusiva de estudantes surdos toma mais veracidade no estado de Pernambuco, quando o Conselho Estadual de Educação de Pernambuco (CEE/PE, 200) fixa normas relativas ao capítulo 5º artigos 58, 58, 60 LDB nº 9.394, de 20/12/96, no que concerne aos estudantes com deficiência auditiva. Este órgão pontua que:

Art. 4º - Os educandos portadores de necessidades educativas especiais serão atendidos nas escolas do sistema geral do ensino.

§ 3º - Deverá ser garantido aos alunos surdos o aprendizado formal na Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – sendo assegurado, na sala de aula, intérprete ou professor bilíngue (Português e LIBRAS).

Sobre a história do surgimento dos intérpretes da Libras, tais profissionais surgiram devido a necessidade da comunidade surda sentiu de comunicar-se com as pessoas ouvintes. Inicialmente, tal atuação era informal, ou seja, pais ou membros da família das pessoas surdas faziam essa função (LOPES, 2005). Entretanto, para que isso ocorresse de modo formal, foi necessário que a Língua Brasileira de Sinais fosse oficializada em nosso país, de modo a evitar o surgimento de sinais novos sem a padronização adequada e que lhe é de direito, visto que, a Libras é reconhecida legalmente e linguisticamente como uma língua.

Atualmente, há leis em vigor que regulamentam a profissão e determinam a formação intérprete de Libras. Uma dessas leis é a Lei nº 12.319 de 01.09.2010, que regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete de Língua (BRASIL, 2010). Pereira e Mendes (2009) pontuam que o intérprete de Libras tem a função de ser o canal comunicativo entre o estudante surdo, o professor, colegas e equipe escolar. Seu papel em sala de aula é servir como tradutor entre pessoas que compartilham línguas e culturas diferentes. Essa atividade exige estratégias mentais na arte de transferir o conteúdo das explicações, questionamentos e dúvidas, viabilizando a participação do

aluno em todos os contextos da aula e fora dela, nos espaços escolares. O intérprete precisa conscientizar-se que seu papel não é o mesmo que o do professor.

Além de que, a presença de um intérprete de língua de sinais na sala de aula é um tema bastante polêmico, não havendo consenso sobre sua adequação entre os especialistas na área da educação de surdos (AQUINO, 2007). Questiona-se se, ao optar exclusivamente pela atuação do intérprete de LIBRAS nesse espaço ou pela atuação do professor bilíngue. As discussões em torno dessa temática ainda estão bastante acirradas.

## **2.Avaliação Escolar e suas especificidades: qual o seu sentido?**

Durante muito tempo, principalmente no período em que foi compreendida a educação tradicional, a avaliação fortalecia o poder que o professor tinha em sala de aula. Podemos ver claramente quando Moretto (2007, p. 58) nos mostra frases como: “anotem, pois vai cair na prova” ou ainda “se não ficarem calados vou fazer prova surpresa”, demonstram formas repressivas e autoritárias utilizadas pela avaliação da aprendizagem. Isso faz com que a avaliação seja vista pelos estudantes como um castigo e, muitas vezes, pelos professores, como um meio de demonstrar sua autoritarismo, utilizando-a como forma de punição.

A partir de prática como estas, a avaliação tem sido explicitada através das notas que os alunos conseguem obter. Logo, a forma pela qual essa avaliação é representada pelos professores, provoca sérios prejuízos àqueles que a ela são submetidos, os estudantes. Não podemos esquecer que o processo de avaliar está presente a todo o momento no processo de ensino e aprendizagem, e não o contrário, ou seja, ensinar para avaliar.

Jussara Hoffmann (2010) nos mostra que práticas como essas, fazem com que a avaliação torne-se um instrumento excludente na escola, onde os alunos que ficam reféns das notas esperadas tornam-se inferiores aqueles que conseguem obter êxito no quesito avaliativo. Dessa forma acabamos por rotular os estudantes de acordo com a nota que ele atingiu na prova escrita, “descaracterizando assim a avaliação de seu significado básico de investigação e dinamização do processo de conhecimento” (HOFFMANN, 2010, p. 18).

Melchior (1999, p.45) comenta que: “a avaliação deve permitir identificar os progressos e dificuldades dos alunos no decorrer de todo o processo de ensino-aprendizagem verificando o cumprimento da função pedagógica”. Dessa forma, a avaliação pode ser vista com auxílio para classificar os objetivos e metas educacionais, um processo para determinar em que medida os estudantes estão se desenvolvendo. Outra perspectiva de avaliação nos é apresentada, mais uma vez, através de Perrenoud (1999), que afirma que ela deve ser contínua, diversificada e intencional. A



avaliação contínua permite ao professor acompanhar o desenvolvimento, o progresso e as dificuldades do estudante.

Neste intento, pode-se dizer que a avaliação também deve ser participativa, sendo discutida por todos os envolvidos no processo, tanto educandos quanto professores, para que assim, todos se vejam como corresponsáveis pelos resultados obtidos através dela. Tendo em vista o processo de aprendizagem de estudantes surdos e a avaliação do desempenho escolar desses, tais processos por si sós já são temas complexos, quando pensamos em uma educação especializada envolvendo o aluno surdo. Torna-se mais complexo ainda, pois:

Muitos dos métodos avaliativos são elaborados por professores ouvintes, fazendo com que, muitas vezes, esqueça-se que a linguagem, a cultura e a forma de obtenção da aprendizagem são diferentes para o aluno surdo, não levando em consideração as especificidades do aluno (PEREIRA E MENDES, 2009)

Entende-se, assim, que é importante, no ato da avaliação, levar em consideração as especificidades de cada aluno. Neste contexto, há necessidade de ser claro e objetivo no decorrer do processo avaliativo, não podendo se limitar-se apenas a verificação da aprendizagem de conteúdos ou atividades, usando-se tão somente os instrumentos de provas e notas, embora façam parte desse processo, principalmente com alunos surdos.

Considera-se que a avaliação deve contemplar uma concepção mais ampla, envolvendo uma formação de juízos e apreciação de aspectos qualitativos ao invés de quantitativos tão somente. Tais pressupostos estão na LDBEN/1996, no artigo 24, inciso V (BRASIL, 1996).

2.

## **Metodologia**

Tendo como referência a *pesquisa qualitativa*, o trabalho de campo se apresenta como possibilidade de adquirirmos não só uma aproximação com aquilo que desejamos investigar e estudar, bem como criar um conhecimento, partindo da realidade presente no campo. Godoy (1995) explicita algumas características principais de uma pesquisa qualitativa, a qual embasa este trabalho:

Considera o ambiente como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento chave; possui caráter descritivo; o processo é o foco principal de abordagem e não o resultado ou o produto; a análise dos dados foi realizada de forma intuitiva e indutivamente pelo pesquisador; não



requereu o uso de técnicas e métodos estatísticos; e, por fim, teve como preocupação maior a interpretação de fenômenos e a atribuição de resultados. (GODOY 1995, p.58)

Na ótica de Minayo (1999, p. 50):

A abordagem qualitativa não pode pretender o alcance da verdade, com o que é certo ou errado, deve ter como preocupação primeira a compreensão lógica que permeia a prática que se dá na realidade. Preocupa-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado. (MINAYO, 1999)

Nesta perspectiva, foi realizada uma pesquisa de campo, utilizando como instrumentos a observação e uma entrevista semi-estruturada direcionada a cinco educadores (as) que em suas salas de aula possuem estudantes surdos de uma instituição escolar da rede particular de ensino do Recife. A pesquisa teve como objetivo analisar a problemática na seguinte temática: Educação Inclusiva: um estudo sobre a avaliação de estudantes surdos na escola regular, que teve como enfoque principal os métodos avaliativos em torno dos estudantes surdos.

Com base nestas questões foram feitas observações, em sala de aula, sobre as práticas de ensino de três educadores do Ensino Fundamental em uma escola da rede particular do Recife-PE, com 150 estudantes, sendo 9 surdos, subsidiadas por um questionário acerca da temática esboçada. Para suporte teórico, busca-se trazer à tona os pressupostos e idealizações importantes, com base nos escritos apresentados por autores como Sasaki, Dorziat e Hoffmann. É importante ressaltar que os dados analisados foram associados aos principais conceitos do referencial teórico sobre a temática, destacando e organizando os dados a partir das perspectivas deste trabalho. Assim sendo, os dados coletados foram interpretados, observando as relações existentes nos itens que estão sendo abordados.

## **Resultados e Discussão**

### **1. A qualificação docente em uma perspectiva inclusiva**

A primeira questão traz a reflexão no que permeia a qualificação do docente numa perspectiva de uma educação inclusiva, mais especificamente, no que se refere aos educandos surdos. Em seu discurso, a **docente**, demonstra preocupação diante da *má preparação* dos profissionais que atuam na área escolar perante o *tratamento*/trabalho com os estudantes surdos. Pois, ela mesma fez uma autoanálise sobre a sua formação inicial e continuada.

Quando interrogada a respeito da preservação dos direitos dos estudantes surdos dentro de sala de aula, é possível perceber através da fala da educadora e dentro de sua vivência, a presença do respeito à singularidade do estudante, demonstrando até que este respeito deve existir não só



com os educandos surdos, mas com todos os outros, de um modo geral. E enfatiza o uso da Língua Brasileira de Sinais como elemento facilitador do ensino-aprendizagem e socialização do educando surdo com os demais educandos ouvintes.

Na terceira questão, que trata das estratégias de ensino, que devem ser utilizadas para um melhor aprendizado de educandos surdos, e a presença de intérpretes em sala de aula, a educadora nos apresenta um olhar a cerca da valorização dos interesses de seu alunado e salienta a relevância do intérprete para que haja uma comunicação de forma efetiva.

No entanto, destacamos na sua fala, o trecho:

*(...) A comunicação entre o intérprete e estudante surdo, poderá causar distanciamento entre o professor e o educando surdo, pois o intérprete deve ser visto pelo estudante como alguém importante de afeto; o surdo procura mais o intérprete que a mim (Professora).*

Esse trecho de fala nos remete à discussão iniciada, mas não terminada acerca dos reais benefícios da presença ou não do intérprete de Libras na sala de aula. Discussão essa que foi comentada neste texto.

## **2. Instrumentos avaliativos em torno da prática de ensino com estudantes surdos**

A última questão apontada foi sobre as estratégias de avaliação usadas pelos educadores com os estudantes surdos. Trouxeram em seus discursos os métodos e instrumentos que subsidiam suas práticas avaliativas. Podemos observar a existência de certas dificuldades em meio a esse processo, em vários trechos dos discursos, mais especificamente:

*(...) avaliar é algo bastante complexo, e tratando-se de um aluno surdo, a avaliação torna-se mais complexa ainda, pois, infelizmente apesar de todo um discurso inclusivista na sociedade, nós educadores, ainda encontramos barreiras em qualificar-se, algo que se reflete diretamente na comunicação (ou má comunicação) (Professora).*

*Utilizamos apenas a prova escrita como mecanismo avaliativo para todos os alunos. Não há outro tipo de avaliação, não. Serve pra todo mundo (Professor).*

Diante disto, fica clara a necessidade de uma melhor qualificação dos educadores, mas para que isso ocorra, em primeiro lugar, é necessário que a escola esteja preparada para receber e atender estes estudantes surdos. Além de uma sólida formação acadêmica que abranja uma educação nas bases da inclusão, com conhecimentos acerca da Libras, a escola precisa oferecer embasamentos para seus educadores, objetivando um melhor atendimento a estes estudantes e garantindo o direito à Educação, direito inerente a toda e qualquer pessoa (QUADROS, 2010).





Faz-se necessário a elaboração de capacitações que abordem a problemática do processo avaliativo no âmbito da avaliação de estudantes surdos, visto que, para estes sujeitos a Língua Portuguesa é considerada como segunda língua (L2) e a Libras é considerada como primeira língua (L1). O estudante surdo deveria ser avaliado pela sua língua. Ou seja, tais práticas não conduzem com o que está proposto segundo o Decreto de Lei 5626/05 (BRASIL, 2005), em seu capítulo IV, artigo 14, no qual consta que se deve:

VI - adotar mecanismos de avaliação coerentes com aprendizado de segunda língua, na correção das provas escritas, valorizando o aspecto semântico e reconhecendo a singularidade linguística manifestada no aspecto formal da Língua Portuguesa. VII - desenvolver e adotar mecanismos alternativos para a avaliação de conhecimentos expressos em Libras, desde que devidamente registrados em vídeo ou em outros meios eletrônicos e tecnológicos (BRASIL, 2005).

Nesse sentido, na educação de surdos, principalmente, é importante conhecer os aspectos que os diferenciam, respeitando-os e procurando construir um ambiente pedagógico o mais favorável possível. Além disso, Pereira e Mendes (2009) ressaltam a importância das adaptações de instrumentos de avaliação de repertório de leitura e escrita de alunos ouvintes para alunos surdos.

Um dos educadores entrevistados, ressalta dizendo que:

*Na escola, vemos reuniões e capacitações que abordam diversas temáticas, principalmente, na área de Língua Portuguesa e Matemática, mas nunca presenciei nem sequer uma conversa de corredor tratando a avaliação de alunos com surdez (...) (Professor).*

As instituições escolares precisam mudar a sua ótica de avaliação, principalmente no que se trata em respeito às particularidades dos estudantes, e, além disto, é de suma relevância que preparem seu corpo docente para desenvolver uma avaliação nas bases da diversidade. A avaliação da aprendizagem, como se sabe é uma questão político-pedagógico e deve sempre contemplar e valorizar tanto as concepções do aluno quanto o trabalho do professor por meio de reflexões críticas e contínuas da prática pedagógica da escola e sua função social (CAPOVILLA, 2002). É visível a necessidade de nossos professores de mais investimentos em suas formações de modo continuado, coerente e consistente. É necessário investimentos nesse campo na busca de melhorias e garantias de direitos daqueles que estiveram há muito isolados e ausentes desse usufruto.

Através de uma prática com base nos direitos dos estudantes surdos, o educador sentirá mais facilidade em planejar suas aulas. Lorenzetti (2002) nos diz que na tentativa de oferecer uma educação com valores igualitários, o docente precisa sentir-se a vontade para praticar a inclusão, criar uma relação onde o mesmo possa estar incluso das práticas inclusivas. Dessa forma, poderá desenvolver e interferir melhor nas suas ações, possuindo uma mobilidade que aprimore e direcione suas metodologias. Os educadores além de conhecer os direitos dos seus educandos, precisam





conhecer as necessidades deles, com vistas em tornar estas necessidades a base de suas práticas educativas.

## Conclusões

O ato de avaliar o aluno, por parte do professor, é extremamente complexo, porém é um dilema que faz parte da vida cotidiana nas salas de aula e, posteriormente transformam-se em desafios para o professor. Entretanto, a avaliação é algo indispensável ao processo de ensino e aprendizagem, como foi possível perceber. Esta pesquisa possibilitou analisar os métodos avaliativos utilizados por professores ouvintes para os alunos surdos, fazendo com que, muitas vezes, esqueça-se que a linguagem, a cultura e a forma de obtenção da aprendizagem deste público são diferentes e, talvez, isso acarrete em não levar em consideração as especificidades da linguística utilizada pelo aluno surdo que faz uso da LIBRAS, essencialmente.

Foi possível perceber que no diz respeito à prática educacional e avaliativa é relevante pensar numa melhor estruturação teórica que vise preparar melhor os atores educacionais envolvidos nesse processo, principalmente no que concerne às suas práticas avaliativas. Entretanto, em consonância com os resultados apresentados, pode-se afirmar, que o sucesso de uma educação inclusiva não depende apenas dos educadores que estão presentes em sala de aula. Depende também de todo o conjunto de atores que forma a instituição escolar. E como proposição de nosso estudo sobre processos avaliativos, consideramos a necessidade de uma atenção direcionada ao atendimento das especificidades dos estudantes surdos, objetivando um repensar sobre a avaliação e conseqüentemente uma melhor prática educativa.

## Referências Bibliográficas

AQUINO, J.. **O aluno, o professor e a escola. Prática de ensino de Geografia e estágio supervisionado.** São Paulo: Contexto, 2007.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei n. 9394, 20 de dezembro de 1996. Brasília, Ministério da Educação, 1996.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.626,** de 22 de dezembro de 2005.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.319**, de 1º de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

CAPOVILLA, F.C e CAPOVILLA, A.G.S. Educação da criança surda: o bilinguismo e o desafio da descontinuidade entre a língua de sinais e a escrita alfabética. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Universidade Estadual Paulista. V.8, n.2, 2002.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Revista de Administração de Empresas. Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr., 1995.

HOFFMANN, J. M. L. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

LOPES, M. C.. **Inclusão como experiência**. In: MÄDHE, Flávia Clarice. São Paulo, 2005.

LORENZETTI, M. L. **A inclusão do aluno surdo no ensino regular: a voz das professoras**. Revista Espaço. Rio de Janeiro, v. 18-19, p. 63-69, 2002.

MELCHIOR, M. C. **Avaliação Pedagógica: função e necessidade**. 2ª Ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1999.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo, Hucitec-Abrasco, 1999.

MORETTO, V. P. **Prova: um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas**. Local: Lamparina, 2007.

PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas**. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

QUADROS, Ronice Müller de. CAMPELLO, Ana Regina e Souza. *A constituição política, social e cultural da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS*. In: *Educação de surdos: políticas, língua de sinais, comunidade e cultura surda* / Lucyenne Matos da Costa Vieira-Machado, Maura Corcini Lopes, organizadoras. – 1. ed.. – Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

STUMPF, M. R. **Mudanças estruturais para uma inclusão ética**. In: QUADROS, Ronice. Estudos Surdos III. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2008. p.14-29.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Conferencia Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais: Acesso e Qualiade, realizada em Salamanca, Espanha, em 7 – 10 de junho de 1994. Genebra: Unesco, 1994.



**II CINTEDI**  
II CONGRESSO INTERNACIONAL DE  
**EDUCAÇÃO INCLUSIVA**  
II Jornada Chilena Brasileira de Educação Inclusiva

**16 a 18**  
**NOVEMBRO**  
**2016**

LOCAL DO EVENTO  
CENTRO DE CONVENÇÕES  
**RAYMUNDO ASFORA**  
GARDEN HOTEL  
CAMPINA GRANDE-PB

